

Nós apresentamos uma emenda de plenário nesse projeto, que tratava, Major Mecca, uma emenda da bancada do PT, de um reajuste de 10% neste ano, 10% em 2020, 10% em 21 e 10% em 22, num total de um pouco mais de 40%, se você fizer a conta de percentual, e não de aritmética simples.

Por que que nós apresentamos isso? Porque com isso dava para ir fazendo a previsão da inflação daqui para frente, e recompar as perdas salariais em quatro anos. Era o policial, eram os agentes penitenciários, eram os agentes de escolta, era a Polícia Civil recuperando as perdas salariais que, calculado pelo IPCA. No caso da Polícia dá mais de 27%; no caso dos delegados e escrivães de polícia dá 31%.

E é muito fácil para os carneirinhos do governador votarem “sim”. É muito fácil, e eu sei de deputados que votaram “sim”, com medo dos deputados não terem nada de reajuste, o deputado Conte Lopes é um deles.

Ele não concordava com o tamanho desse aumento, mas, com medo de não ter nada de reajuste, votou “sim”. Eu não estou me referindo ao senhor, estou me referindo à base aliada do governo, que sou esses discursos aqui, a base aliada dos 27 deputados do governo que usou essa escusa.

Então, para deixar essa questão clara. Deixada essa questão clara, eu quero voltar, agora, nobre deputado Campos Machado, nobre deputado Carlão Pignatari, o líder do governo, que tem metido pressão nos deputados... O reinizio da Assembleia, que é o presidente, usou de um instrumento que é uma excrescência. É uma excrescência o relator especial. Não é o deputado Gilmaci Santos. O instrumento é uma excrescência.

Ele já deu o primeiro golpe hoje, como ele foi golpista em 2017, quando fez a mesma coisa, tirando da Comissão de Finanças o debate do Orçamento. O presidente desta Casa, deputado Cauê Macris, rompeu um compromisso com a bancada do Partido dos Trabalhadores, na tua eleição, e vários de vocês, talvez, não estejam sabendo ainda.

Tinha deputado aqui com uma boa vontade, mas com uma boa vontade. Tem gente trocando tabela progressiva a partir de três salários mínimos. De 11 para 12, de 12 para 13, e assim vai. Tem outra deputada que não quer acreditar no malefício que a proposta da reforma da Previdência traz, e aí está acreditando.

Talvez esteja até bem-intencionada, querendo ajudar, ou talvez não, esteja fazendo um jogo de encenação - faz parte do Parlamento isso - para dizer que quer ajudar a discutir, para deixar aprovado do mesmo jeito que está.

O que fez o presidente desta Casa com a PEC da Previdência, com o PLC 80? Ele tem que caminhar junto com a PEC 18. O que que fez o presidente? Enquanto nós debatíamos aqui, nomeou o deputado Gilmaci Santos, que, com uma capacidade fantástica de análise das emendas, rejeitou as emendas de 1 a 151, todas as emendas, inclusive as emendas de quem queria colaborar com o projeto, que eram os deputados que estava ontem na Comissão de Constituição e Justiça.

A deputada Marta Costa está me olhando, mas ela estava lá para dar quórum. Aliás, a Comissão de Constituição e Justiça deu quórum. O deputado Nascimento, Tenente Nascimento, estava lá para dar quórum. Com muito trabalho, eu convenci ele a sair.

O deputado Delegado Olim também estava lá, na Comissão de Constituição e Justiça, para dar quórum, doido para aprovar a PEC do governo, mas não sobem aqui para dizer, deputado Roque Barbieri, que são a favor do governo, igual o senhor fez nesta tribuna, e o senhor apanhou para caramba na sua região.

Você sabe disso. Não porque você disse era governista. Você sabe porque você apanhou, e eu também sei. Você está dando risada. Você foi falar que os homens que vão aos mercados são vagabundos. Está lá no discurso, está escrito.

Mas então, deputado... E outros. E o governo. Como é que o governo sentiu segurança sobre? “Não posso deixar escapar aqui o PSB”. Não tem problema ser governista, mas o que foi que levou o deputado Carlão Pignatari e o Cauê Macris, em um acordo comum entre os dois, com certeza, construído na sala da Presidência...

O reinizio da Assembleia, o presidente desta Casa, que desrespeitou um compromisso com a bancada dos Trabalhadores... É verdade. Vou fazer uma correção. É verdade que ele nunca falou que não usaria, mas disse que se esforçaria para usar. Então, desrespeitou.

O que fez ele? Bom já que o PSB, agora, semana passada, não tinha uma posição... Corretamente colocada pelo deputado Vinícius Camarinha, o líder da bancada, que eu respeito... Falou: “esta bancada não tem opinião formada, nós vamos debater, e traremos uma posição no Colégio de Líderes hoje”, e trouxe. Qual a posição? Favorável ao método proposto, e não tem crime nenhum nisso, favorável ao método proposto pelo presidente da Casa.

Com isso, inteirou cinco partidos, o Novo, o PSB, o PR, o PSDB e o DEM, do Rogério Nogueira, o líder, Rogério Nogueira. Nós concordamos em votar dessa maneira. Os outros ficaram meio assim: “Olha, não vamos, queremos um tempo maior para debater”. Quando faz isso, o governo ganha confiança.

E aí, gente, tem uma coisa que não quer calar. Tem um comentário na imprensa de que o governo está gastando de três milhões a cinco milhões de reais com emendas paralelas. Não sabemos se é verdade, mas o boato está muito forte. E onde há fumaça, há fogo. Normalmente, onde há fumaça, há fogo.

O meu amigo deputado Thiago Auricchio também estava doido para dar quórum. E deu quórum. Não sei de qual comissão ele fazia parte, para votar uma redução no direito dos trabalhadores e trabalhadoras do funcionalismo público do estado de São Paulo.

Eu quero provocar os deputados. Só tem um jeito de derrotar. Vocês já foram enganados. Bom, o Barros Munhoz, quando eu falei com ele que o presidente tinha usado o instrumento, ele ficou com cara de surpresa. Mas como o senhor também tem uma experiência muito longa, conhece esse debate, tem maneiras de interpretar, tem maneiras de dialogar com cada deputado, a sua cara de surpresa, pode ser que o senhor já soubesse.

Estou aqui prejudgando o senhor, que o senhor já sabia. Não é nenhum crime. O senhor pode depois negar: “Deputado Barba, eu não sabia, tal e tal”. No microfone. “O senhor não foi correto comigo”. E eu vou aceitar. Mas tenho certeza de que boa parte sabia. E uma boa parte acreditou que o governo vai negociar. Eu quero ver vocês, da bancada da Segurança Pública, se o governo vai negociar e vai ter uma proposta realmente para resolver...

Não pode, aqui não tem aparte. Você não sabe que não tem aparte? Estou encaminhando. (Fala fora do microfone.) Ah, tá. Eu quero ver. E quero ver você defender a reforma. Quero ver você falar da redução da pensão das viúvas, de 100% para 60 por cento.

O Novo é capaz de subir aqui e falar. Até agora, não falou. Às vezes eles são a favor, mas ficam quietos. Têm medo de subir aqui e falar. Quero ver o Podemos, do Márcio da Farmácia, subir aqui e defender. Você é governista. Não tem problema ser governista.

Eu sei que o Coronel Telhada pediu que a gente não fizesse isso, mas isso aqui é a disputa de uma proposta que vai atrapar-lhar os trabalhadores do funcionalismo público. E a pressão é uma arma na mão de vocês que estão nos assistindo, na mão do funcionalismo público e na mão dos deputados.

Aqui é disputa, é trincheira de guerra, não tem moleza. Deputado que não quer se sentir pressionado, que abra mão de ser deputado. Fique em casa. Aqui, vocês têm o direito de me pressionar e eu tenho o direito de pressionar vocês. Eu tenho o direito de pedir para o meu público entrar na página de vocês e questioná-los, fazer mobilização, fazer greve, se for preciso.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para concluir, deputado Barba.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Fazer greve, se for preciso. Não tem essa de deputado não poder falar que os outros têm que ser pressionados. Podem ser pressionados! Peço para que ninguém, por favor, agrida nenhum deputado, pois isso não permito e não admito. Mas a pressão para disputar um direito é legítima, democrática, verdadeira e correta.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, para encaminhar pelo PTB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Vossa Excelência tem a palavra para encaminhar o método de votação.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, antes de mais nada, acho que devemos fazer um pouco de silêncio no plenário.

\*\*\*

- O Sr. Presidente faz soar a campanha.

\*\*\*

Sr. Presidente, quero deixar bem clara, de maneira bem cristalina, a minha posição. Não tenho vínculo com o PT. Não tenho vínculo com o PSOL. Não tenho vínculo com o PCdoB. Nenhum vínculo. As posições, às vezes, que o PT toma, que o PSOL toma, que o PCdoB toma, às vezes... Sr. Presidente, não posso continuar assim, desculpe.

Existe o Café dos Deputados, que é para lá que eles têm que conversar, não conversar aqui na frente. Sr. Presidente, eu só vim a esta tribuna para deixar claro dois pontos, porque dá impressão, desculpe, que eu sigo orientação do deputado Barba. Não tem nada a ver com isso, nada.

É que nós estamos tendo as posições convergentes. Também não tenho nada com o governo e os motivos são claros ou quer que eu diga aqui o nome mais claro? Deslealdade. Por essa razão que eu não tenho nada com o governo. Eu tenho a minha posição, a de presidente do partido, que não depende de quem quer que seja. Voto em conformidade com aquilo que eu acho que é correto.

O deputado Telhada não está aqui, mas se estivesse eu iria lhe dizer: não sou obrigado a ouvir lição do deputado Telhada. Não sou obrigado. Todas as minhas posições aqui são posições tomadas em conformidade com o que eu acredito. Respeito o deputado Gil Diniz. Lamento profundamente o que aconteceu hoje, o que nunca aconteceu em 30 anos que eu estou aqui, nunca.

É a primeira vez que eu vejo um líder ser contestado de uma maneira tão agressiva, tão violenta, tão sem sentido como foi contestado hoje o deputado Gil Diniz. Por isso eu quero deixar bem patente: não aceito pedidos, não quero favores governamentais nenhum. Fui contra a posição do deputado Barba agora, porque eu achava que nós deveríamos ter feito um acordo para levantar a sessão.

Disse a ele: por mim levantávamos a sessão e votaríamos os dois projetos posteriormente. Era o que eu queria defender, deputado Camarinha, mas o deputado Barba conduz o PT da maneira que ele acha que deve conduzir.

E eu, exceção feita ao meu irmão, deputado Roque Barbriere, que por questões políticas, por ser um deputado do interior, ele precisa do atendimento do governo e eu reconheço que ele tem razão. Ele é um deputado que tem a região dele geograficamente constituída, mas eu, líder, não tenho. Eu, presidente, não tenho.

E aproveito agora, Sr. Presidente, para anunciar ao deputado Roque Barbriere que o nosso partido acaba de criar um departamento internacional. Viajo em janeiro para a Costa do Marfim, onde vamos plantar lá a primeira bandeira do trabalho. Estamos crescendo, deputado Roque Barbriere, muito.

Espero que em março sejamos o partido com mais filiações em todo o estado, mas daquele jeito: não abaixo a cabeça para ninguém. Não ando de côcoras e não sei me ajoelhar, por isso é bom que todos saibam. Eu, por exemplo, admiro a posição do deputado Major Mecca, que é consciente. O deputado Sargento Neri. Os senhores não estão aqui para receber lição de quem quer que seja. Se votamos “não” ao aumento, não é porque não queremos que a Polícia tenha aumento. É porque estamos achando que é pouco.

Se a bancada do Novo tem alguma coisa a acrescentar sem dar sorriso sarcástico? Vocês têm? Por favor. Quem sabe, o sarcasmo do Novo faz parte do estatuto partidário deles. Por isso, Sr. Presidente... Mas é difícil! Sr. Presidente! Eu queria que suspendesse o meu tempo, Sr. Presidente. Sr. Presidente, suspenda o meu tempo, Sr. Presidente. Porque não consigo raciocinar. Quer que eu faça o quê? Não tem só deficiência física. Eu tenho a minha.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Preservo o tempo de Vossa Excelência. Devolvo agora a palavra a Vossa Excelência.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - É difícil. Não quero atenção. Quero educação, pelo menos. Por isso, deputado Roque Barbriere, fiz questão de vir aqui. Para não dar impressão de que somos teleguiados. O que criamos, dificuldades, para obter facilidades? Não. Quero reiterar aqui, bem claro: à exceção do deputado Roque Barbriere, o PTB não quer nada. Nada, nada, nada do governo. Nada.

Perdemos as eleições aqui, o ano passado, com o Márcio França. Perdemos as eleições. Tenho que reconhecer que perdemos as eleições, deputado Roque Barbriere. O senhor João Agripino ganhou as eleições, e nós perdemos. Não posso agir aqui como se tivéssemos ganho as eleições.

Mas é! Sr. Presidente, vou até encerrar. Não quero ser irremovente, não quero ser mal-educado. Sr. Presidente. Vou encerrar porque não quero brigar com pessoas por quem tenho um carinho especial, como a deputada Adriana Borgo.

Estou parando, meu amor. Estou encerrando. Daqui a pouquinho chega o orvalho, e cai sobre as nossas cabeças. Aí, quem sabe, lá no orvalho, eu possa raciocinar melhor. Então vamos esperar o orvalho. Não tenho a menor pressa hoje. Vou me inscrever e vou falar dos dois projetos que vão ser pautados ainda hoje.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Para indicar a deputada Professora Bebel, para encaminhar pela liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra, a Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Volto a esta tribuna e cumprimento todos os presentes, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todos que nos assistem através da TV Alesp.

Quero me ater a uma questão que, sempre que se coloca aqui, fico pensando: o que esses deputados estão fazendo aqui? Se somos do PT, a gente tem que ficar segregados aqui. Quem é do PTB fica segregado. Quem é Novo, é Novo. E aí vai. Mas é esse mesmo o papel de um parlamentar? É esse? Não. Entendo que não. Não há contaminação nenhuma - e assim entendo - quando um projeto é bom, e atende a população.

Não tem problema. Eu fico desprovida de qualquer problema para encaminhar uma votação desse tipo. Já votei de outros deputados, porque entendia que era bom. Até, inclusive, projeto do governo que nem o líder tinha colocado na Ordem do Dia, por entender que era bom para a escola pública, eu disse: “não, coloque-se mais dinheiro na escola, que as escolas precisam de mais dinheiro”. E tinha que resolver o problema das APMs. Pedi para o deputado Barba, na nossa bancada, que encaminhasse, e ele o fez, de forma acertada.

Qual é o problema de construir relações entre a diversidade partidária e aquilo que é bom para a sociedade paulista? Nenhum. Eu não quero dar aula de política para ninguém, até porque política é um aprendizado permanente, já dizia Paulo Freire. Eu quero, deputado Gil, com muito respeito - nem sei se V. Exa. está em plenário - chamar a atenção para o seguinte.

Quando teve o congresso de comissões, eu, de antemão, disse: “eu estou aqui para dar o quórum, mas eu não votarei favorável ao projeto de lei de V. Exa. que toma, como patrono da Educação no estado de São Paulo, José de Anchieta”.

E por que eu sou contra? Porque eu não gosto do José de Anchieta? Não, é porque o José de Anchieta teve um papel diverso do Paulo Freire. José de Anchieta, que eu sempre aprendi, catequizou, tentou catequisar os índios, tirar do seu habitat e formatar - foi isso que José de Anchieta fez.

Não é porque ele é padre que ele é santo. De olho nas terras indígenas, na riqueza. Ué, padre pensa nessas coisas também. Me desculpem os padres que devem estar assistindo. Não são todos. Mas José de Anchieta tinha um projeto.

Paulo Freire, de forma diferenciada, inventou um método de alfabetização... Olha, de novo, não dá! Dois pesos e duas medidas, aqui, não dá! Eu vou pedir respeito para os meus colegas deputados, começando pelo Paulo Fiorilo, por exemplo. Por favor. E não é falta de respeito com Vossa Excelência.

Porque eu já percebi que o Daniel José, eu começo a falar de Educação, ele começa a gritar. Sabe? E puxa um de nós, para ver se briga entre nós. Quero dizer que eu estou muito bem com a minha bancada.

Então, o senhor me respeite, por favor. O senhor falou um monte de coisa aqui; eu estava sentada, quieta. Sim, o senhor deu pito nos trabalhadores, o senhor faz tudo aqui. O senhor pode, mas eu não posso. Porque o senhor é novo? Em quê? Por favor.

Eu estou aqui dizendo o seguinte: estou tentando dizer para o Gil Diniz que a questão é que o Paulo Freire tem um método de alfabetização que é para além do método tradicional. Trabalha a palavra geradora: a partir do tijolo, da palavra tijolo, vai alfabetizando, alfabetizando e forma.

Que é a contraposição que se faz, que política. Oras, não dá para dizer que a gente... O ser humano já nasce e ele tem uma posição. Portanto, tem uma posição, é político. Não dá para negar o papel político do homem e sua relação na sociedade. Não dá.

Então, deputado Gil Diniz, naquele momento, o senhor lembra o que eu disse: “eu vou dar o quórum, porém não tenho acordo com isso”. Quer dizer, isso é um pouco do que a gente faz no Parlamento, uaí. Se eu não vou votar, pelo menos eu dou o quórum para ter o debate. Depois, o deputado Giannazi entrou com uma emenda de plenário e vai voltar para as comissões.

Beleza; mas nós estamos fazendo o jogo que é da política. Agora, o que não dá é meio que segregar as pessoas; aí não dá. Eu não quero segregar. Eu não me acho nem melhor e nem pior do que ninguém. Eu me acho tal qual alguém que é capaz de dialogar, se precisar eu vou brigar, eu vou brigar. E assim vai. Essa é a vida; com a dureza que ela é.

Eu acho, sinceramente, que nesse momento triste que estamos passando, eu estava aqui sentada, Márcia Lia, e imaginando o seguinte: puxa vida, o mundo caindo... O mundo caindo, que eu estou falando, é essa reforma da Previdência na nossa cabeça, e não é pouca coisa, porque os professores vão pagar, todo o funcionalismo vai pagar um preço que esta Casa tem que pensar muito bem se vale a pena fazer essa reforma da Previdência nos termos que está, da forma que está, com uma faca na cabeça da professora que, diferentemente do professor, vai ter sete anos a mais, enquanto o professor vai ter cinco anos a mais.

Eu não estou querendo fazer abrigo. Eu estou chamando atenção para o seguinte: a mulher vai ser duramente atacada nesta reforma da Previdência. Duramente atacada porque nós mulheres temos uma especificidade, sobretudo a professora.

Professora dá aula em quatro, cinco, seis escolas e depois vai para casa, não tem dinheiro para pagar funcionária em casa, aí ela vai botar roupa na máquina, corrigir prova, preparar aula e depois vai fazer a comida para o dia seguinte.

Professor é um boa-fria, se vocês querem saber, porque eles não têm tempo para almoçar, não tem tempo para correção de prova, não tem tempo para ler um livro. Um professor de literatura vai ler resenha, porque não tem tempo de ler um livro. Às vezes um professor é chamado até de bêbado, por exemplo. E é injusto, porque o grosso da categoria está aí garantindo escola pública para os filhos e filhas da classe trabalhadora, porque os da elite estão nas escolas particulares.

Eu não entro no mérito do acontecido aqui. Sabe, eu acho que isso, esse problema eles vão ter que resolver nas suas bancadas. Para mim não é circo, não é nada, é um acontecido.

E quero dizer o seguinte: os dias estão acontecendo, quero lamentar a posição do deputado presidente Cauê Macris, de instituir o relator especial, quando poderia ser um debate cristalino, sem a celeridade. Mas ele quer fazer diferente do federal para mostrar a diferença aí, para dizer que o Doria foi mais fundo aí na direita do que o Bolsonaro. E consegui. Vai conseguir ser pior do que o Jair Bolsonaro.

Quero lamentar muito isso e dizer o seguinte: não que acreditasse que seria diferente. Sempre foi PSDB mesmo; sempre deu pau em nós. E nós entramos em greve hoje e vamos enfrentar essa reforma da Previdência.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em votação o método de votação. Sras. Deputadas e os Srs. Deputados, que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputada Monica.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Havendo acordo entre os líderes, eu peço o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Perfeito. Antes, porém, convocação: Sras. Deputadas e os Srs. Deputados, nos termos do Art. 18, inciso III, da alínea “d”, combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das comissões de Administração Pública e Relações do Trabalho; Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se amanhã, às 10 horas, no salão nobre da Presidência, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei Complementar nº 80, de 2019.

Convocação. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das Comissões de Administração Pública e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se amanhã, às 10 horas e 30 minutos, no salão nobre da Presidência, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei Complementar nº 80, de 2019.

Convocação. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das Comissões de Administração Pública e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se amanhã, às 11 horas, no salão nobre da Presidência, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei Complementar nº 80, de 2019.

Havendo acordo de lideranças, está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 23 horas e 45 minutos.

\*\*\*

## Atos Administrativos

### ATO DE MESA

DE 03/12/2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no artigo 14, inciso II, alíneas “a” e “f”, do Regimento Interno – Resolução da Alesp nº. 576, de 26 de junho de 1970, RESOLVE:

Artigo 1º – O inciso III do artigo 3º do Ato da Mesa nº. 14, de 11 de junho de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 3º – [.....]

III – para os ocupantes de cargo de provimento efetivo em abono permanência, permitida a preservação de um período de férias, considerada a absoluta necessidade de serviço, a fruição dos períodos de férias acumulados deverá ocorrer até dezembro de 2020. (NR)

[.....]”

Artigo 2º – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

(Ato nº 45/2019);

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições e à vista do disposto no artigo 3º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 1.011, de 15 de junho de 2007, RESOLVE:

Artigo 1º - Fica revogado o Ato da Mesa Diretora nº 16, de 18 de junho de 2019 e restaurada, sem qualquer efeito retroativo, a vigência do Ato da Mesa nº 31, de 03 de dezembro de 2007

Artigo 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

(Ato nº 46/2019)

### DECISÕES DA MESA

DE 26/11/2019

PROTOCOLADO RG Nº 6731/2019

Interessado: Administração da ALESP

Assunto: Autorização de afastamento para viagem dos servidores ELIEZER RIBEIRO DA COSTA, mat. 21.203 e FABIO RILSTON SILVA PAIM, mat. 24.141, a Vitória - ES, dia 06 de dezembro de 2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições e examinando a matéria tratada no presente expediente, com fundamento no artigo 68 da Lei nº 10.261/68, DECIDE AUTORIZAR, o afastamento dos servidores ELIEZER RIBEIRO DA COSTA, matrícula 21.203 e FABIO RILSTON SILVA PAIM, matrícula 24.572, funcionários efetivos lotados respectivamente, no Departamento de Comunicação e no Gabinete da Secretaria de Administração, com a finalidade de visita técnica para conhecimento do “projeto de virtualização dos processos implantado pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo”, dia 06/12/2019, em Vitória - ES, sem prejuízo dos seus vencimentos e das demais vantagens do cargo, cujas despesas correrão por conta da ALESP.

Fica AUTORIZADA, ainda, a realização da despesa nos termos da previsão de despesas de viagem elaborada pela Divisão de Contabilidade, em 25/11/2019, cujo montante deverá ser entregue aos servidores para custeio de transportes e alimentação, em adiantamento, ficando estes obrigados a prestar contas das despesas efetuadas e devolver eventual saldo remanescente, quando de seu retorno à ALESP.

(Decisão nº 8441/2019);

DE 03/12/2019

PROCESSO RG Nº 6461/2006

Interessado: Divisão de Apoio às Comissões

Assunto: Alteração de Grade de Substituição

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, à vista de tudo quanto consta do presente processo, que cuida do assunto acima epigrafado, DECIDE APROVAR, para os fins do disposto do artigo 43 do Ato nº 30/10, da Mesa, a solicitação formulada pelo Sra. Gestora da Divisão de Apoio às Comissões, de alteração da grade de substituição do cargo de Gestor de Divisão, a partir de 07 de novembro de 2019.

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES

Cargo: Gestor de Divisão

Titular: LUIZ DOS SANTOS MUNIN, RG. 433520097

1º Substituto: JOÃO VICTOR BARISON DE OLIVEIRA, RG. 435094889

2º Substituto: MAURICIO NESPECA, RG. 219735116

(Decisão nº 8530/2019)

EXONERANDO, nos termos da 1ª parte do item 2 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar nº 1263, de 26 de maio de 2015:

ALEXANDRE APARECIDO SUMELE, RG nº 214443103, matrícula nº 29435, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR IX, do SQ-C1 do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº 1263/2011.

(Decisão nº8516/2019);

NOMEANDO, nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

CAROLINE STEINMETZ, RG nº 279166308, para exercer, em comissão, o cargo de AUXILIAR LEGISLATIVO, do SQ-C1 do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de ALDO CESAR GUIMARAES SOUSA.

(Decisão nº8517/2019);

JOÃO PAULO ACATAUAASSÚ MARTINS DE LIMA, RG nº 29701790, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR, do SQ-C1 do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de MARCIO ROGERIO DAVID.

(Decisão nº8518/2019);

LUIZ CARLOS FREDI, RG nº 14604664X, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR IX, do SQ-C1 do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº 1263/2015, em vaga decorrente da exoneração de ALEXANDRE APARECIDO SUMELE.

(Decisão nº8519/2019);

NELSON MACHADO, RG nº 103719234, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR V, do SQ-C1 do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga decorrente da exoneração de LUIS HENRIQUE LACERDA, ficando exonerado do cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR VII na data de sua posse.

(Decisão nº8520/2019);

SOLANGE AYAKO KANO SAITO, RG nº 124778860, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR V, do SQ-C1 do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga criada pela referida Lei.

(Decisão nº8521/2019);

CESSANDO, Gratificação Especial de Desempenho – G.E.D., de que trata o Art. 3º, da Lei Complementar nº 1.011/07, de 15 de junho de 2007, dos funcionários abaixo-relacionados, na seguinte conformidade:

Mat 29088, MARIA APARECIDA RODRIGUES TEODOSIO

(Decisão nº 8522/2019);